

Mercado agrícola, paz e democracia

Roberto Rodrigues
Ministro da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento



Foto: Antônio Araújo

Os países em desenvolvimento têm defendido a idéia de que qualquer avanço nas negociações internacionais, no âmbito da Rodada de Doha, só acontecerá se houver um verdadeiro progresso na abertura comercial agrícola por parte dos países desenvolvidos. Essa posição também foi assumida pela grande maioria dos países exportadores de produtos agrícolas, que têm enfrentado a brutal resistência dos países que subsidiam fortemente seus produtores, como a União Européia, o Japão, os Estados Unidos da América, a Coreia, entre outros.

Na última Reunião Ministerial da OMC, em Cancún, os países em desenvolvimento, comprometidos com essa abertura, como Brasil, Argentina, México, China, Índia e África do Sul, consolidaram um amplo arco de alianças, por meio da criação do chamado G-20. A proposta apresentada pelo grupo em Cancún criou os mecanismos necessários para uma ampla reformulação do setor agrícola, prevista na agenda da Rodada de Doha, sobre os três pilares básicos da negociação: acesso a mercados, políticas de apoio interno e estímulo às exportações.

O acordo previamente fechado entre Estados Unidos e União Européia era inaceitável,

porque não representava a menor perspectiva de avanço em termos de acesso a mercados.

A posição da UE a esse respeito também foi dura e relutante. O G-20, que ganhou apoio da opinião pública mundial, foi a grande novidade em Cancún. O grupo teve reconhecido seu relevante papel no comércio mundial, que representa 60% da população, 50% do valor da produção agrícola e 25% do comércio de produtos agropecuários do planeta. A reunião de Cancún caracterizou, de certa forma, a Rodada de Doha como uma longa viagem. Começou no Catar, em 2001, teve algumas paradas estratégicas pelo caminho e só deve acabar em dezembro de 2004. Deveríamos ter avançado na direção de acordos no México, mas Cancún acabou sendo uma parada forçada. A viagem, entretanto, continua. Houve, como se diz na linguagem do futebol, um empate em zero a zero. Mas o campo não era nosso, nem o juiz. A torcida, perplexa, ficou sem saber o que fazer. Ainda assim, conseguimos empatar o jogo, mesmo com um time mais fraco. O pior dos mundos teria sido fechar um acordo negativo. Aí, sim, seriam muitos anos sem chance de melhorar. Disso, escapamos.

Na medida em que os chamados temas de Cingapura, que vão de compras governamentais a investimentos, levaram a União Européia a ceder em busca de um acordo, o bloco certamente teria que descontar o que perdesse nas negociações da agricultura. Assim, teríamos uma negociação muito mais árdua e com grande chance de perdas efetivas. Cancún não foi, portanto, um fracasso. Deixamos de ganhar, mas também não perdemos nada.

É importante lembrar que existe o interesse de todos os países em manter a Rodada de Doha viva, sem eliminá-la. Isso, sim, seria um fracasso. É da lógica do negócio que o comércio mundial agrícola seja aberto. Infelizmente, isso não tem prevalecido até agora. Interesses eleitorais, de caráter político, e interesses culturais, sociais e econômicos de alguns poucos países têm se sobreposto ao interesse majoritário de todos, que é a defesa da paz e da democracia. Só quando alguma coisa muito mais ampla, muito mais grave se levantar é que será possível ao mundo desenvolvido verificar a loucura que é manter os mecanismos de proteção agrícola. Inibir o avanço de países em desenvolvimento equivale manter a miséria e o mal-estar social.

É cada vez mais claro que uma das consequências negativas da economia globalizada é o crescimento da exclusão social, por conta do crescimento da concentração da riqueza nos quatro cantos do mundo. Esse fenômeno representa uma ameaça cada vez maior à democracia e à paz no mundo.

O grande desafio da humanidade no século 21 consiste em encurtar a distância entre ricos e pobres – seja entre países ricos e pobres, seja entre pobres e ricos dentro de um mesmo país. Só a redução desse abismo poderá garantir a permanência da democracia e da paz.

A inteligência das principais academias dos países desenvolvidos está debruçada sobre esta questão: como reduzir a diferença social? Está claro que um dos mecanismos mais adequados para facilitar isso é a abertura comercial agrícola. E por uma simples razão: os países



Foto: Antônio Araújo

“Inibir o avanço de países em desenvolvimento equivale manter a miséria e o mal-estar social”

ricos podem pagar para não produzir, ao passo que os países pobres precisam produzir para pagar. Esse aparente jogo de palavras dá a medida exata da demanda que o mundo todo tem nessa abertura – defender a democracia e a paz.

A esperança que temos, todos nós dos países em desenvolvimento, é de que os governos dos países ricos se dêem conta da ameaça que paira sobre a humanidade e, com equilíbrio e boa vontade, abram seus mercados agrícolas.

Quando a agricultura dos países em desenvolvimento for estimulada e aumentar sua produção para garantir novos mercados, não encherá apenas o bolso dos seus agricultores, mas gerará empregos, riqueza, renda e excedentes exportáveis a esses países, o que diminuirá o abismo entre ricos e pobres.